

**TERMO DE REFERÊNCIA
(COMPRAS)**

ANTAQ

(Processo Administrativo SEI n.º 50300.022388/2022-15)

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de **Equipamentos para a Sala de Reunião do 5º andar e Salas de reuniões Ordinárias da Diretoria (ROD) – Sede/ANTAQ**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	JUSTIFICATIVA	QUANTIDADE
1	Câmera PTZ 1080p30 com saída HDMI e Zoom de 10x	A câmera que temos na agência ficará fixa na nova sala de ROD. Esta segunda será utilizada no auditório e sala de reunião do 5º andar para audiências públicas, lançamentos de estudos e demais eventos.	01
2	Webcam full HD com gravação de vídeo 1080p, foco automático em HD e correção de luz	Iremos utilizar uma webcam na nova sala ROD e as outras duas serão disponibilizadas para os novos diretores.	03
3	Tripé para câmera com extensão mínima de 160cm	Será utilizado na câmera e webcam.	02
4	Tripé para celular com extensão mínima de 160cm	Será utilizado no celular institucional para as transmissões via Instagram.	01
5	Cabo XLR M/F 20 metros com dupla blindagem e conectores de boa qualidade	Serão utilizados no conjunto de microfones que atenderão a nova sala de ROD.	05
6	Cabo de áudio de 6 (seis) metros com conectores P10/P2, macho	Será necessária a aquisição de novos cabos de áudio para nova sala de reunião.	02
7	Cabo de áudio de 3 (três) metros com conectores P10/P2, macho	Será necessária a aquisição de novos cabos de áudio para nova sala de reunião.	02
8	Cabo extensor USB 2.0 para Webcam Full HD Ativo Blindado – 8 (oito) metros	Será utilizado na câmera e webcam, que será utilizada na nova sala ROD.	02
9	Cabo extensor USB 2.0 para Webcam Full HD Ativo Blindado – 6 (seis) metros	Será utilizado na câmera e webcam, que será utilizada na nova sala ROD.	02
10	Microfone de mesa capacitivo com: - Haste flexível de no mínimo 30cm, tipo gooseneck, com alimentação de pilha e phantom power;	O quantitativo sugerido, prevê inclusão de conjunto de microfones que atenderão a nova sala de ROD.	05

	- Luz led indicadora, ao acionar o botão liga/desliga; - Cabo liga/desliga; - Cabo XLR/XLR.		
11	Placa de áudio USB, com acesso de fone e microfone separados.	Os notebooks da nova sala ROD não possuem entrada e saída de áudio com acessos separados. A placa será utilizada em videoconferências e transmissões	04
12	Apresentador de slide com laser digital	Nas salas de reuniões do 5º andar, as apresentações são projetadas em televisores, portanto é necessário a aquisição de um apresentador com laser digital.	01

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. Diante da competência da Assessoria de Comunicação e Cerimonial (ASCOM) de realizar a administração da sala ROD (reuniões Ordinárias da Diretoria), e da Sala de Reuniões do 5º Andar, bem como a manutenção dos sistemas de sonorização e transmissão instalados nesses ambientes, identifica-se a necessidade de aquisição de equipamentos para melhor execução das atividades desta assessoria.
- 2.2. Nesse contexto, Visando atender ao Princípio da Transparência, as reuniões Ordinárias da Diretoria, audiências públicas, lançamentos de estudos, entre outros, realizadas pela Agência são gravados e transmitidos ao vivo, por meio do canal no Youtube, sendo disponibilizado à sociedade. Entretanto com a abertura de uma sala de reunião no 5º andar, assim como a alteração do quadro da Diretoria colegiada aumentando de três para cinco Diretores, no qual parte deles se encontram sem equipamentos necessários para o bom exercício de suas devidas funções. Com o aumento dos membros colegiados se faz necessária a aquisição de equipamentos que prestarão auxílio às novas demandas que surgir de imediato, tendo em vista sua importância ao cumprimento das atividades específicas da ANTAQ junto ao setor regulado e à sociedade, bem como em atendimento à Lei de acesso à Informação para dar transparência aos atos de gestão da Agência.
- 2.3. Em 17 de junho de 2021, a empresa contratada para prestação de serviços de operação de audiovisual, a UAU FILMES EIRELI (processo SEI Nº 50300.008136/2018-99), apresentou Relatório Técnico a esta ASCOM, solicitando que sejam adquiridos os materiais listados neste Termo de Referência, visando melhor atendimento das demandas referentes ao Contrato, que tem por objeto a prestação de serviços técnicos para operação de mídia audiovisual, dos sistemas de sonorização, captação de imagens, gravações e videoconferências. Com a aquisição dos equipamentos listados, haverá melhora na transmissão de eventos e reuniões técnicas, como Audiências Públicas, Reuniões Ordinárias da Diretoria, seminários, dentre outros.
- 2.4. Para atender o relatório técnico encaminhado pela UAU FILMES EIRELI, foi aberto um processo de licitação nº 50300.014547/2021-19 que tinha a previsão de aquisição de solução integrada transmissão e gravação dos eventos da ANTAQ. Porém houve um erro material, sendo necessário o cancelamento do mesmo.
- 2.5. Diante do ocorrido, novo processo de contratação foi aberto nº 50300.020053/2022-54 estando em andamento. Porém, em função de sua complexidade, este deverá ser finalizado e ter o serviço contratado no segundo semestre de 2023.
- 2.6. Entretanto, para manter as salas funcionando até a contratação de uma solução integrada e poder atender a realização de Audiências e ROD, sendo a primeira prevista para o dia 09 de fevereiro de 2023, identificou-se a necessidade urgente de aquisição de câmera e cabos por meio de Dispensa de Licitação, visando dar maior celeridade no processo e proporcionar condições mínimas para a realização de tais eventos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada neste Termo de Referência, em especial os itens: 1, 6, 7, 8, 11, e 15.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 4.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 5.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.
- 5.2. Quando possível, os licitantes deverão dar preferência aos produtos que sejam construídos utilizando materiais recicláveis, desde que a qualidade seja equivalente ou superior aos demais.'

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

- 6.1. Terão preferência os produtos que adotem práticas de sustentabilidade ambiental, tais como: utilização de materiais recicláveis, mão-de-obra legalizada, etc.

7. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

- 7.1. O prazo de entrega dos bens é de 60 (sessenta) dias, contados a partir da emissão da Nota de Empenho, podendo ser em remessa parcelada, no seguinte endereço: ASCOM – Assessoria de Comunicação e Cerimonial, situada à SEPN 514, Conjunto “E” Ed. ANTAQ, Brasília – DF. A entrega deverá ocorrer em dia útil, das 08h às 18h, em data e horário a ser combinada com a Contratante.
- 7.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 30 (trinta) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante Termo de Recebimento Provisório, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 7.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante Termo de Recebimento Definitivo.
- 7.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 7.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, nem exime a CONTRATADA da obrigação de realizar qualquer tipo de manutenção corretiva necessária durante o prazo de garantia.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1. São obrigações da Contratante:

- 8.2. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

- 8.3. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 8.4. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 8.5. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 8.6. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 8.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 9.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 9.3. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.4. Fornecer produtos novos e de boa qualidade, de modo a evitar trocas e a utilização de assistência técnica.
- 9.5. Trocar todos os produtos que apresentarem defeito nos primeiros 30 (trinta) dias de utilização.
- 9.6. Arcar com todos os custos da entrega dos produtos.
- 9.7. Corrigir os problemas técnicos apresentados pelos produtos fornecidos durante o prazo de garantia.
- 9.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.9. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 9.10. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.11. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.12. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 9.13. Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc....
- 9.14. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de

Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório

11. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

13.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º,

13.3. § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.4. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

13.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à

documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 13.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 13.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 13.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 13.9. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 13.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 13.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 13.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 13.13. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 13.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 13.15. 10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 13.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 13.17. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 13.18. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo

pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

14. DO REAJUSTE

14.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

14.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

14.3. $R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

14.4. R = Valor do reajuste procurado;

14.5. V = Valor contratual a ser reajustado;

14.6. I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

14.7. I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

14.8. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.9. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

14.10. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

14.11. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.12. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.13. O reajuste será realizado por apostilamento.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 16.2. falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- 16.3. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 16.4. fraudar na execução do contrato;
- 16.5. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 16.6. cometer fraude fiscal.
- 16.7. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 16.8. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 16.9. Multa:
- 16.10. Moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- 16.11. Compensatória de 0,5 % (cinco décimos por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 16.12. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 16.13. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- 16.14. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 16.15. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.
- 16.16. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 16.17. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 16.18. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 16.19. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 16.20.
- 16.21. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 16.22. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 16.23. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a

serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

- 16.24. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 16.25. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 16.26. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 16.27. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 16.28. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 16.29. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

17. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

- 17.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 23.128,20, obtido a partir da média aritmética dos orçamentos obtidos.
- 17.2. Para estimativa dos custos da contratação foram utilizados como base os orçamentos realizados empresas que trabalham nesta área e domiciliadas em território nacional:
- 17.3. NEW START ELETRONICOS EIRELI QSB 1, Nº 20, LOJAS 3 E 4 72015510 - Brasília, DF Telefone: (61) 3336-8266 CNPJ: 42.640.783/0001-18
- 17.4. Razão Social: AC Tecnologia e Instalações Elétricas LTDA-EPP; b) CNPJ (MF) nº:15.472.911/0001-99; c) Inscrição Estadual nº: 07.606.714/001-75; d) Endereço: SOF Sulla quadra 8 conjunto A lote 1/3 loja 201, SALA 201, Sof Sul Q 2 - Guará; e) Fone: 61) 99934-1604 f) CEP: 71215-241 g) Cidade: Brasília Estado: DF
- 17.5. a) Razão Social: LUCAS SILVA DO ROSARIO 03999318139 b) Nome Fantasia: Lugimi Comércio e Serviços de Distribuição c) CNPJ: 31.180.776/0001-64 d) Inscrição Estadual: 0787249900181 e) Endereço: Qr 109 conjunto 02 cs 14, Bairro: Samambaia sul, Brasília- DF f) Representante Legal: Lucas Silva do Rosário g) Contato: (61) 9 9347-7289 - (61) 9 8249-9256 - E-mail: lugimi@outlook.com.br
- 17.6. Nome da Empresa: Netfocus Consultoria e Informática Ltda CNPJ: 03.878.936/0001-08 Endereço: SHN Qd 1 BI A SI 1708 Ed. Fusion Work & Live Telefone: (61) 99172-9836 Nome do representante legal da empresa: Marcos Lourencatto CPF: 028.208.269-90 Celular: (61) 99172-9836 Email: marcoslourencatto@netfocus.com.br
- 17.7. Os preços médios estimados constam na tabela abaixo:

Empresa	Valor Total (R\$)	Prazo de entrega
New start eletrônicos EIRELI	R\$ 13.993,00	...
AC Tecnologia e Instalações LTDA-EPP	R\$ 33.288,62	45 dias úteis
NeTfocus Consultoria e Informática Ltda*	R\$ 27.510,00*	30 dias úteis
LUGIMI Distribuição*	R\$ 10.970,00*	60 dias úteis
MÉDIA ARITIMÉTICA	R\$ 23.128,20	

Obs.- * Os preços sinalizados foram ajustados para permitir o cálculo da média aritmética, uma vez que a empresa só tem uma unidade disponível.

Brasília-DF, janeiro de 2023.

Ilson Iglesias Gomes

COORDENADOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

SHAMASH VISINTIN

CHEFE DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E CERIMONIAL